

Abreu confirma: subsídios serão atingidos.

Mas, segundo o ministro, ainda não é possível calcular quanto significará esse corte para o governo.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, confirmou ontem os planos para a realização de um corte amplo nos subsídios e incentivos fiscais, mas não soube precisar o volume de recursos que a medida representará em termos de economia para o governo. Abreu lembrou que alguns subsídios já foram cancelados, como o do trigo e o do carvão. "Mas falar que serão cortados Cz\$ 500 bilhões em subsídios é um número tão grande que não sei onde foram encontrá-lo", disse o ministro, referindo-se ao número divulgado por um jornal do Rio. Apesar dos cortes, o governo não ira mexer no subsídio para a equalização do álcool e gasolina, porque essa despesa não sai dos cofres da União. Segundo João Batista de Abreu, alguns subsídios e incentivos serão apenas reduzidos, dentro do que denomi-

namos revisão dos encargos financeiros da União". Mas o ministro explicou que "o relevante não é a questão da revisão da política fiscal, mas o esforço para se conseguir atingir a meta de 2% do déficit público global". "Isso será perseguido a qualquer custo", disse Abreu, ressaltando que "o governo pode ter que trabalhar em 1989 com algum déficit no orçamento da União, caso a decisão política seja um déficit menor nos demais orçamentos (Previdência, estatais, Estados e municípios)".

Ao chegar à sede da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF), para acompanhar os trabalhos de compatibilização das propostas dos ministérios a proposta de cortes de despesas feita pela Seplan, o ministro confirmou que as pressões dos governadores sobre o presidente Sarney são muito grandes. Mas

até compreendo", disse Abreu. "Afinal, foram cortados programas de muita importância econômico-social. Acontece, entretanto, que nosso problema agora não é de fazer escolha, mas de absoluta escassez de recursos."

Embora reconheça as pressões, o ministro do Planejamento disse que não está admitindo alterações na proposta encaminhada aos ministros. "Aceitamos eventuais remanejamentos, desde que não sejam violados os critérios estabelecidos pela Seplan. Não vamos admitir, em absoluto, qualquer mudança." João Batista de Abreu destacou que todos os ministérios que desenvolviam ações nos Estados e municípios ou ministérios que tinham suas despesas em fontes decorrentes de impostos sofreram cortes maiores, por causa das mudanças na nova Constituição. "É o caso dos ministé-

rios dos Transportes e do Interior", exemplificou Abreu.

Rescaldo

O governo vai definir o destino dos órgãos públicos e dos funcionários que perderão suas funções com a Operação Desmonte. Com outra operação, chamada de "Operação Rescaldo" pelo ministro do Planejamento, o governo deverá resolver que empresas vai extinguir, quais serão fundidas e como ficará a situação dos funcionários dessas empresas.

Segundo Abreu, o governo deverá abrir concurso interno para permitir aos funcionários interessados o acesso à administração direta. Aos que não se interessarem, o governo vai oferecer incentivos para que deixem o serviço público.